



ENTRE MEMÓRIAS E HISTÓRIAS EM “LAMBÕES DE CAÇAROLA (TRABALHADORES DO BRASIL!)”

Clara Ávila Ornellas*¹

* Universidade de São Paulo (USP)

e-mail: claraornellas@usp.br

Resumo: Este texto apresenta uma análise da narrativa “Lambões de Caçarola (Trabalhadores do Brasil!)” (1984), de João Antônio, a partir da discussão sobre memórias de infância e o regime de governo do presidente Getúlio Vargas, em seus dois mandatos (1930-1945 e 1951-1954), demonstrando o ponto de vista crítico do narrador ao rememorar tais períodos da história do Brasil sob a perspectiva da criança e, na sequência, do adulto. Sedimenta-se este estudo nas reflexões de José Luis Romero, em *América Latina: as cidades e as ideias* (2004), principalmente no que tange ao uso do populismo, por parte de alguns líderes de nações latino-americanas, como forma de manipulação e opressão daqueles que se localizam à margem social.

Palavras-chave: Literatura Brasileira; História; Memória; Populismo; Getúlio Vargas.

Between Memories and Histories in “Lambões de Caçarola (Trabalhadores do Brasil!)”

Abstract: This text presents an analysis of the narrative “Lambões de Caçarola (Trabalhadores do Brasil!)” (1984), by João Antônio, from the discussion about childhood memories and the government regime of President Getúlio Vargas, in his two terms (1930-1945 and 1951-1954). It demonstrates the narrator's critical point of view when recalling such periods in Brazilian history from the perspective of the child and, subsequently, the adult. This study is based on the reflections of José Luis Romero, in *Latin America: cities and ideas* (2004), mainly about the use of populism, by some leaders of Latin American nations, as a form of manipulation and oppression of those located on the social margins.

¹ Pós-doutora em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH/USP (2022), sob a supervisão da professora Dra. Tania Celestino de Macêdo. Este texto integra parte dos resultados do projeto de pós-doutorado “‘O Rio de Janeiro continua lindo’?: Lima Barreto, Roberto Arlt e João Antônio”.



Keywords: Brazilian Literature; History; Memory; Populism; Getúlio Vargas.

Introdução

João Antônio (1937-1996) tematizou em sua obra, principalmente, o espaço e os personagens da zona de exclusão social brasileira, inclusive, neste ano comemoram-se os 60 anos de sua primeira publicação, *Malagueta, Perus e Bacanaço* (1963), obra com a qual foi laureado com o Prêmio Fábio Prado (1962) e dois prêmios Jabuti (1963), estes nas categorias de Contos/Crônicas/Novelas e de Revelação de Autor. Além da exímia correlação entre a linguagem culta e a gíria, o autor paulistano possui entre as características de sua escrita o resgate memorialístico de alguns espaços das cidades, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, bem como de acontecimentos históricos e de personalidades da cultura brasileiras, a exemplo de textos presentes em coletâneas como *Malhação do judas carioca* (1975), *Abraçado ao meu rancor* (1986) ou *Dama do Encantado* (1996).

A narrativa selecionada para esta análise, *Lambões de Caçarola (Trabalhadores do Brasil!)*, foi publicada pela primeira vez em 1977, porém, aqui se utiliza a versão pertencente à segunda edição da coletânea *Meninão do Caixote* (1984), por isso justifica-se o uso de aspas ao se referir a ela. Em poucas palavras, trata-se de um conto de 40 páginas – dividido em seções não intituladas, mas separadas por reticências – focalizando as memórias de um narrador não nomeado, que recupera *flashes* de sua infância circundada pela figura onipresente do ex-presidente Getúlio Vargas, o qual governou o Brasil em dois mandatos, de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. O espaço representado no conto chama-se Beco da Onça, localizado nas proximidades do clube de futebol Palmeiras em São Paulo, hoje o bairro de classe média alta chamado Pompeia, mas, à época, era considerado periferia da cidade, portanto, habitado por trabalhadores pobres. Por seu pai ser dono de um armazém, o narrador tem contato com as diversas realidades que observa e descreve, como a situação de miséria e de agitação em que viviam os moradores daquele lugar.

Assim, em concomitância às descrições dessa realidade, ascende como ponto central da narrativa a idolatria dessa população, por correlato do povo brasileiro, pela figura Getúlio Vargas, adorado incondicionalmente por todos – à exceção do pai do narrador, que se mantém silencioso quanto a essa manifestação acalorada e inconsciente.

O que se realiza aqui é, primeiramente, resgatar algumas colocações de José Luis Romero, em *América Latina: as cidades e as ideias* (2004), sobre a ascensão de ditadores em vários países da América Latina, nas primeiras décadas do século XX, como forma de as



classes dominantes, já desde a colonização, se perpetuarem no poder, com a consequente exclusão da maioria pobre da população brasileira. Na sequência, adentra-se à narrativa para demonstrar correlações entre os pressupostos de Romero e os temas tratados ou aludidos no conto. Por último, apresentam-se considerações acerca de alguns aspectos apontados pelo narrador que se fazem presentes ainda nas primeiras décadas do século XXI.

De Cidade, Poder e Massas

Na vasta e contundente obra *América Latina: as cidades e as ideias* (2004), José Luis Romero empreende discussão crítica, às vezes até mesmo utilizando-se de ironia, sobre a formação das primeiras cidades latino-americanas desde a colonização europeia. Entre vários outros fatores, o crítico demonstra o modo como aquele poder dominante via na matriz da Europa os principais valores a serem seguidos, para que se alcançasse uma “civilização” e se mantivesse perpetuamente o poder social e econômico nos países da periferia. Nesse contexto, deu-se o propósito de instituir a religião católica aos povos locais, a necessidade de erigir cidades, principalmente as capitais, segundo a noção de modernidade da época como centro de poder do qual suas decisões se reverberavam para todos os demais espaços desses países, bem como o extermínio das populações indígenas e de suas culturas, para ficar em apenas alguns dos vários aspectos discutidos por Romero.

Esse cenário de opressão, violência e extermínio dos primeiros séculos da colonização latino-americana irá se reverberar indefinidamente, como demonstra o autor, ainda que processos de mudanças sociais e políticas tenham obrigado a uma recorrente adequação para que o poder se mantivesse nas mãos dos sempre mesmos dirigentes ou de seus aliados. Ilustra essa perspectiva a reiterada submissão inicial à corte como modelo mais acabado de *status* e de conduta administrativa, depois modificada para a população *criolla* que, já nascida em solo latino-americano, continuará ainda mantendo a postura de pretensa superioridade em relação às populações nativas. Não obstante, a posterior valorização do capital de origem não aristocrático, contexto no qual se passa a evidenciar a importância do dinheiro advindo do trabalho no ramo da indústria ou do comércio, os direitos iguais e o acesso ao conforto da vida moderna permanecem restritos apenas para uma minoria privilegiada. Dessa maneira, resumindo-se bem injustamente a abrangência



da obra de Romero, pode-se dizer que se verifica uma espécie de mutação camaleônica que, apesar de dar a impressão de novos tempos, são na verdade apenas outras máscaras utilizadas pelos mesmos dirigentes.

Nisso constitui-se o início do século XX, quando a ascensão de novas classes sociais, principalmente no setor do operariado, irá consolidar cidades-capitais em ebulição constante, com reivindicações de diversos setores do trabalho em prol de melhores condições de vida. Se até quando foi possível as classes dirigentes ignoraram as massas que passaram a compor o cenário urbano, houve um momento em que essas não puderam mais ser consideradas invisíveis, exigindo assim uma aproximação nada gratuita e de boa vontade por parte das classes hegemônicas. Porém, à semelhança do que ocorrera na Revolução Francesa (1799), essa aproximação, a princípio vista como positiva, salvaguardava muito bem uma manipulação das camadas populares, com o fito de garantir o poder sempre nas mesmas mãos.

Romero (2004) destaca que assim se encontravam as principais cidades latino-americanas no início do século XX, pois o crescimento acelerado provocou o inchaço do espaço urbano, gerando a segregação dos pobres e dos subempregados nas periferias das capitais. A tão aclamada valorização das culturas estrangeiras ditas como mais dignas e refinadas (a sempre europeia e também a dos Estados Unidos, estes que começavam a se consolidar como império) e o desejo de pertencimento a elas podem ser observados de modo muito claro na reforma urbanística do Rio de Janeiro do início do século XX, quando houve a remodelação urbana de parte do centro da cidade obedecendo ao modelo francês. Para isso, como se sabe, houve o deslocamento obrigatório dos moradores dos cortiços para as periferias e morros da cidade, considerando que eles já não tinham condições econômicas para residirem na região central da cidade.

Indo além das muitas discussões que poderiam gerar essa diversidade de temas analisados por Romero, cabe destacar aqui especificamente a questão da ascensão de ditadores em países latino-americanos como um dos meios de assegurar a manutenção do poder sob o comando das mesmas classes dirigentes. Diante da inexorável transformação urbana e humana das grandes cidades, em termos populacionais e de espaço, a qual exigiu a aceitação forçada de pessoas oriundas de setores não aristocráticos, houve a consequente constatação da necessidade de se impor regimes ditatoriais, tendo em vista o fato de que as classes dominantes, ou a “sociedade normalizada” para Romero, se viam



constantemente ameaçadas pelas massas, ou a “sociedade anômica”, segundo o crítico argentino. Semelhante cenário teve início já nas últimas décadas do século XIX, e irá se expandir e se consolidar nas primeiras décadas do século seguinte.

A vida política tornou-se muito mais agitada nas cidades que se transformavam e o exercício do poder público teve de aceitar outras regras. Até então havia sido coisa de algumas dezenas ou centenas de famílias, ao redor das quais girava uma clientela política de fácil controle. Mas o aparecimento de novas forças modificou o cenário, e para que o poder seguisse em mãos de quem o detinha foi necessário exercê-lo com mais dureza e chegar à ditadura metódica e severa. E não só para que continuasse em mãos de umas poucas famílias, mas sim para que não escapasse dos novos grupos de poder que se estavam fixando. Oligarquias e ditaduras foram as típicas formas de governo que – puras ou combinadas – eram exercidas a partir das capitais. [...] então o ‘senhor presidente’ exerceu o poder dentro de um sistema limitado [pelas oligarquias]: assim ocorreu no Rio de Janeiro, Buenos Aires, Santiago do Chile, Assunção, La Paz, Bogotá e Lima (ROMERO, 2004, p. 327).

Dessa maneira, o ditador passa a configurar um dos principais poderes a comandar vários países da América Latina, fiel ao grupo que lhe apoiou no golpe político, mas apenas até quando esse grupo de origem não for preterido por outro que lhe soar mais conveniente. Nesse meio, ao pé da pirâmide social, estão as massas mais facilmente maleáveis às manipulações que fossem interessantes aos ditadores, haja vista a ignorância pela falta de acesso à educação e/ou a necessidade crucial de garantir a sobrevivência, quando muitos não tinham sequer alimentação e moradia apropriadas. Desse modo, a essa parte da população carente, a ideia de um protetor era-lhe imprescindível e acalentadora. Assim sendo, se, por um lado, o ditador acumula a visão salvadora para as massas, por outro, consolida a sensação de segurança e paz às classes economicamente prevalentes, evitando que a “porta” da ascensão na pirâmide social se mantivesse “aberta”.

Em geral, a relação entre o ditador e as novas burguesias foi fluida, como de quem não ignora recíproca dependência. Mas a mobilidade social começou a introduzir inesperadas variantes nessas relações. Se o ditador descobrisse que um grupo social em ascensão podia oferecer-lhe determinado apoio que aumentasse a sua autoridade pessoal, resistiria com dificuldade à tentação de romper sua dependência do grupo que o havia projetado. O ditador deixava de se considerar procurador de uma classe e da política dessa classe para assumir o papel de representante de uma nova sociedade – de um novo avatar da sociedade em mudança – na qual começavam a ser cada vez mais importantes as massas urbanas, despolitizadas e de tal modo carentes que era possível convocá-las,



protegê-las e utilizá-las sem pagar por isso um preço político (ROMERO, 2004, p. 347-348).

Essa postura volúvel por parte de quem comanda e impõe as ditaduras, de transitar conforme as benesses que determinado grupo social ou econômico pode lhe oferecer, vincula-se à visão de que as populações urbanas de baixo ou médio estrato social podem se tornar interessantemente cabíveis de subserviência e opressão. Isto porque, entre outros fatores, os sonhos de consumo, ou até mesmo a luta básica pela sobrevivência dessas populações, as colocam como vulneráveis social e politicamente. Assim sendo, uma das principais estratégias utilizadas pelos ditadores latino-americanos incide justamente no populismo para a condução do imaginário político e social das massas populares, estratégia esta cara a Getúlio Vargas no contexto brasileiro, como será focalizado na trajetória do conto de João Antônio que será apresentada a seguir.

Trabalhadores Lambões

Antes do início do conto “Lambões de Caçarola (Trabalhadores do Brasil!)”, há um breve depoimento de João Antônio, datado de 1977, no qual ele afirma que o espaço onde se desenvolve a narrativa, na verdade, era conhecido como Navio Negroiro, porém: “Desde o tempo de moleque, a gente no Navio Negroiro. Um dia, meu velho rebatizou aquele pedaço de Beco da Onça. Crismou.” (ANTÔNIO, 1984, p. 31). Esses dois nomes são muito representativos, pois o primeiro aponta para a condição de opressão, silenciamento e violência contra os escravizados que foram obrigados a vir para o Brasil em navios cujas condições subumanas provocaram, por exemplo, a morte de milhares deles antes de chegarem ao destino. “Navio” também parece atestar para a situação à margem, sem lugar definido; possivelmente simbolizando a situação à deriva social dos moradores do referido espaço. Quanto ao adjetivo “negreiro”, nele se percebe a ideia de segregação, tanto racial quanto econômica e social. Por outro lado, na segunda nomeação pode-se pensar em “beco” como lugar sem saída, mas o vocábulo “onça” permite conceber a ideia de força que advém da população ali residente; força aqui entendida principalmente em relação ao trabalho, à mão de obra. E é exatamente esta última acepção que será focalizada ao longo do conto.



Logo de início, a acepção de carência dos moradores do Beco da Onça evidencia-se e perpassará toda a narrativa que, como se verá, consolida-se como contraponto claro ao que então vicejava na adoração à figura de Getúlio Vargas.

[...] Pé no chão, barriga de fora, nariz moncoso, cabeça despenteada, caras de fome, lombrigada. Aqui no Beco da Onça a molecada negra passa o dia debaixo do sol, na rua de terra. Remexe, apronta e perturba com carrinho de rolimã, papagaio, bola de vidro, balão. Cada um tem seu tempo. E tem tempo de tudo. Uma misturação [...] (ANTÔNIO, 1984, p. 35).

Se, por um lado, percebe-se a ambiência de um dinâmico universo infantil, por outro, não passa despercebida a alusão à situação social precária dessa população com suas “caras de fome, lombrigada”. Esse contexto fica ainda mais explícito na sequência da narrativa, quando o narrador dimensiona elementos que irão constituir a expressão que nomeia, de modo substancial, o conto:

Vai que um pacote no ombro do homem sofre um furo, o açúcar escorre do caminhão à pilha, estira um fino, fininho de linha branca pintando um rastro, carreirinha na terra. A molecada esfomeada se agacha, quase se deita. E, rápida, mete a língua naquilo, raspando o chão, nariz ranhento. Eu não vou esquecer mais. Ele [o pai] usará a cena como porrada viva e exemplo. Quando eu torcer o nariz, não querendo comer.
- Trabalhadores do Brasil! (ANTÔNIO, 1984, p. 36).

Registra-se, desse modo, a condição limite de miséria vivenciada por essas crianças encantadas e alegres com a possibilidade de lamber açúcar do chão. São esses “lambões” justamente os filhos dos trabalhadores do Brasil que, muito provavelmente, darão sequência à condição de vivência limítrofe enfrentada cotidianamente por seus pais. A convivência entre pessoas de diferentes origens é ressaltada pelo narrador, com destaque à primeira ocorrência na narrativa do substantivo “getulista”: “O Beco da Onça é getulista, negro, negroide, mestiço, emigrante, cafuso, mameluco, migrante, pobre, operário, corintiano roxo e paulista da gema.” (ANTÔNIO, 1984, p. 37).

Segundo Romero (2004), durante a primeira metade do século XX, quando se passa a narrativa, a vinda de migrantes e imigrantes para as capitais em busca de melhores condições de vida ocasionou o inchaço populacional das cidades o que, entre outros elementos, levava-os a habitarem as franjas das metrópoles em condições insalubres, sem infraestrutura, como falta transporte, ruas sem asfalto ou acesso à saúde. Embora esse



movimento ocorresse em função do crescimento industrial em vários países da América Latina naquela época, nem sempre havia emprego para todos.

A rigor, o grupo imigrante não era ainda uma sociedade e não podia contrapor um sistema a outro [sociedade normalizada e sociedade anômica]. O que fazia oposição ao sistema da sociedade normalizada, procurando uma brecha para entrar, era o peito aberto de um conjunto humano indefeso, sem vínculos que o prendesse, sem normas que lhe prestassem homogeneidade, sem razões válidas para frear, em última instância, o extravasamento dos instintos ou, apenas, da desesperada premência das necessidades. Era um conjunto de seres humanos que lutavam pela subsistência, por um teto, isto é, para sobreviver, mas que lutavam também porque queriam tratar de viver, ainda que o preço desse usufruir fosse alto. E ambas as lutas implicavam a necessidade de aferrar-se a algum lugar da estrutura desta sociedade normalizada, por certo sem autorização, talvez contra a norma, talvez violando os direitos de alguém pertencente àquela sociedade e que olhava assobrado para o intruso (ROMERO, 2004, p. 367).

Infere-se que essa condição à margem social, conforme enunciada por Romero, reflete-se na narrativa de João Antônio, haja vista o olhar do narrador que descreve as condições precárias dos moradores do Beco da Onça, como já se disse aqui, naquela época localizado à margem de São Paulo.² Ainda sob a perspectiva de Romero, a reação da sociedade normalizada a essa “intromissão” em seu território, na maior parte das vezes, foi de ver, sempre a distância, esses grupos de habitantes das periferias como inimigos.

[...] a sociedade normalizada – pacata, temerosa e inibida para entender a grandeza do fenômeno social que tinha diante de seus olhos – viu-a como uma sociedade inimiga. Observou-a em certas ruas centrais nos dias de festa, talvez de uma varanda ou de um automóvel, e viu-a como uma hidra de mil cabeças. Viu-a em um estádio, entusiasmada até os limites da irracionalidade, e, às vezes, também a viu em seu próprio ambiente – nos barracos miseráveis e nas favelas –, em menor número, abstrata e coletiva, um angustiado conjunto de seres humanos individualizados e reais, oprimidos pela miséria e desesperança, impotentes diante do monstro que os mantinha subjugados e cujos desígnios não conseguiam entender (ROMERO, 2004, p. 372).

Nesse diapasão de exclusão e condições limítrofes de sobrevivência, encontra-se a população focalizada por João Antônio no conto em análise. Isso pode ser constatado, por

² Atualmente, no bairro Pompeia na capital paulista, onde se localizava o Beco da Onça, residem, principalmente, pessoas pertencentes à classe média alta. Semelhante mudança de classe social pode ser entrevista em alguns momentos do conto de João Antônio, tal como: “Um dia, baixou em São Paulo [Getúlio Vargas]. A crioulada, a mestiçada do Beco da Onça, foi ver. Lá defronte à refinaria, num pavilhão, na Feira das Nações Unidas. Hoje, ali se planta um supermagazine, limpinho e sem graça, vendendo de um tudo. De alfinete a carro de luxo, de roupas de frio a embelecocos de praia ou campo, de nome estrangeirado. Que ninguém sabe para que serve” (ANTÔNIO, 1984, p. 46).



exemplo, na sequência do texto, em que são destacados vários elementos que caracterizam o cotidiano desses personagens, como o acesso à carne de galinha somente aos domingos, a meia sola nos sapatos, o quanto era difícil ir ao cinema e mesmo à praia em Santos. Contudo, a maioria acompanhava o time preferido onde ele fosse jogar: “Mas acompanha o Corinthians [sic] em toda viagem que o clube faz. Tudo getulista.” (ANTÔNIO, 1984, p. 37). A partir disso, o narrador realiza longa digressão detalhando o amor dos moradores do Beco da Onça pelo time paulistano, como as caminhadas de longas distâncias em direção ao estádio do Pacaembu e o amor pelas cores preto e branco. Nessa sequência, registra-se também o fato de os mais jovens irem acompanhados de suas mães, o que levava a brigas entre os torcedores devido à falta de respeito deles com as mulheres. Assim, dá-se vazão ao uso da força policial que reprime com exacerbada violência a confusão:

[...] A polícia baixava depressinha, malhando de cassetete, não querendo saber o que foi, o que não foi. De supetão, ripava, batia. Depois, catava pelo cangote três-quatro dos atizados mais próximos e carregava, com raiva, aos trambolhões, para o tintureiro, o carrão. [...]
Cá fora, logo não guardávamos lembrança da brigalhada. Nem de azarados ou batidos. Fossem para o diabo. O futebol nos enlouquecia de novo, num lance. Não passava pela cabeça de ninguém, se dentro do camburão alguém penava, machucado [...] (ANTÔNIO, 1984, p. 40).

Considerando que se trata de um contexto histórico no qual imperava a repressão contra aglomeração, no sentido evidente de reprimir qualquer manifestação contra o poder instituído por quem comandava o país, torna-se interessante verificar uma espécie de simbiose da alienação que circundava a maioria da população brasileira. Diante de ações discrepantes, ainda que resultantes em danos físicos e psicológicos aos personagens, eles logo se esquecem do simbolismo perverso por trás dessa ação policial violenta, sob os auspícios do governo de Vargas. Afinal, como reitera o narrador, todos os torcedores eram getulistas. Seria mais fácil, talvez, eles se autoculparem do que virem nisso um estado de coisas que tinha origem no tão aclamado governo federal.

Na continuidade da história, o narrador particulariza seu olhar para o contexto da Segunda Guerra Mundial e as consequências do apoio do governo de Vargas às potências dos Aliados (Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos) contra as do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Desse modo, salienta-se o *blackout*, contudo, nada que espante verdadeiramente os habitantes do Beco da Onça, afinal, eles estão sob a proteção do pai dos trabalhadores:



Há o Rio Aimberé, os caminhões pesados de areia, água pingando da carroceria, atrás do campo do Palmeiras. O murro da vida e a brincadeira acesa fazem os mais velhos e as crianças dormir mais cedo.

Não quando há *black out* [sic]. Corre um frio nos joelhos e nas barrigas. E os adultos, irresolutos, trancam-se em casa. Esperam alguma coisa, vagamente. Como lhes poderia acontecer algo ruim, se a guerra estava longe? Falava-se. Corríamos risco. Algum jogado por inimigo longínquo, mas ardiloso, imprevisível, rondando de repente o litoral e as cidades próximas.

Os gringos, uns perigosos. A guerra, longe. Lá com alemães, japoneses, italianos, e outras gentes de fala incompreensível, tatamba. Lá, onde nossos pracinhas estavam metidos (ANTÔNIO, 1984, p. 41, grifo do autor).

Se se sobressai o olhar da criança observando contingências de um período de guerra como algo distante da sua realidade, em que a escuridão pela falta de energia elétrica vira cenário de admiração e medo sob a ótica infantil, se atesta igualmente a visão dos defensores do governo quanto a se sentirem protegidos sob a sua égide paternalista. Isso leva também os adultos a se posicionarem de modo inconsciente – talvez até mesmo como as crianças – sobre o que representava aquilo que vivenciavam.

Após uma noite de *blackout*, conta o narrador, de manhã havia zepelins³ sobrevoando a região, o que desperta a imaginação das crianças sobre como seria lá em cima, os equipamentos e os aparelhos, bem como as pessoas que podiam realizar esse tipo de voo. Dessa forma, trata-se de um dos momentos em que aflora a consciência a respeito das diferenças entre as classes sociais na narrativa:

[...] Arrumávamos o mundo de elegância e pompa, perigos e aventuras vistos nos seriados do cinema Avenida, para dentro dos balões silenciosos, coloridos, gordalhudos e encharutados. Muito importantes. Com corda balangando, certamente uma útil escada resistente e precisa. Não nos passava idéia grosseira ou mesquinha. Fantasiávamos grandezas, zepelins levariam gente fina e bem vestida, necessária, importante. E nossa desconhecida. Nunca uma carga de sacaria comum. Um zepelim seria grande e limpo no interior, com aparelhos úteis e complicados. Como aqueles que pareciam relógios dentro dos aviões (ANTÔNIO, 1984, p. 44).

³ Os dirigíveis passaram a ser usados para propaganda nazista com a ascensão de Hitler ao poder em 1933. Eles se tornaram símbolos da Alemanha, e por isso despertavam a animosidade em alguns países, tendo sido usados pelos alemães já na Primeira Guerra Mundial. Entre 1930 e 1936, o Graf Zeppelin viajou 68 vezes para o Brasil, pousando em Recife e/ ou no Rio de Janeiro. Nos anos 1930 a Alemanha e os Estados Unidos eram os maiores parceiros comerciais do Brasil; fazia sentido, portanto, o estabelecimento de uma rota entre o país europeu e o Brasil. Disponível em: <<http://querepublicaeessa.an.gov.br/conte-uma-historia/350-dirigiveis.html>>. Acesso em: 28 fev. 2023. [Resumido/ Adaptado]



É interessante verificar que um dos momentos nos quais se evidencia certa consciência de distinção social na narrativa – senão o único por parte da população do Beco da Onça – advenha justamente do imaginário infantil. Embora crianças, demonstram certa compreensão de que algo tão extraordinário e bonito como um zepelim deve caber ao alcance somente de pessoas importantes e desconhecidas, não a elas e às pessoas do seu grupo à margem social. Os carregadores de açúcar do armazém, suportando sacaria pesada nas costas, jamais poderiam caber num universo fantástico de beleza e elegância, mas eram os trabalhadores do Brasil. Estes que idolatram a figura do presidente que, mesmo distante fisicamente, se fazia presente em diversos ambientes do cenário urbano representado:

- Trabalhadores do Brasil!

O *il* saía carregado. Sulista, demorado. A língua do velhinho ficava, ficava no céu da boca. Velhinho nada. Moço e de testa larga. O homem tomava lugar no quadro de honra das famílias, das paredes dos botequins, das padarias, da escola de dona Albertina na Rua João Ramalho, dos barbeiros, das folhinhas.

Em tudo. [...]. Getúlio no dinheiro, nas moedinhas amarelas. Saltava nas conversas das pessoas grandes – operários, carregadores, homens do frigorífico, da estrada de ferro, do curtume do Largo da Pompéia, da Vidraria Santa Marina, da refinaria de óleo e açúcar. Que discutiam política como futebol. E entravam no papo de botequim pé-rapados, camelôs, esmoleiros, pinguços, e catadores de papel do Beco da Onça. Que no Beco, mulher entra em botequim. A argumentação, bem assim: Getúlio deu as leis das férias, da indenização. Uns diziam já não trabalharem como escravos (ANTÔNIO, 1984, p. 45, grifo do autor).

Essa onipresença da figura do presidente não tem como ser ignorada, pois está intimamente relacionada à realidade dessa população, por exemplo, nas discussões acaloradas no botequim onde se fala em defesa do presidente, salientando os direitos adquiridos pelos trabalhadores, por meio da criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. Todavia, é preciso atentar que essa carta de direitos atingiu poucos trabalhadores inicialmente, como afirma Marcio Pochmann, em “Terceirização, competitividade e uberização do trabalho no Brasil” (2016), salientando que foram excluídos dessas leis, por mais de 20 anos, os trabalhadores rurais, tornando-se aplicáveis apenas para os trabalhadores urbanos. Dessa forma, o alcance efetivo da CLT era muito pequeno no período em que transcorre a narrativa: “Na década de 1940, por exemplo, a CLT atingia menos de 10% dos trabalhadores, superando atualmente aos 2/3 dos ocupados.” (POCHMANN, 2016, p. 60). Provavelmente, somente o fato da existência



desses direitos aos trabalhadores já seria suficiente para que eles se sentissem reconhecidos e justificasse a idolatria a Vargas – independente de se perceber que muitos ainda não tinham seus direitos respeitados, a exemplo de crianças que lambem açúcar no chão.

Semelhante adoração à figura mítica aparece de forma mais substancial quando ocorre a passagem do presidente pelo pavilhão da Feira das Nações Unidas, que ficava próximo ao Beco da Onça. Todos os habitantes do beco se arrumaram com as melhores roupas e sapatos para prestigiarem a passagem de Vargas de pé, em carro aberto – menos o pai do narrador que não vai ao evento lhe bastando vê-lo nas moedas, pontuando como figura de contraponto à adoração coletiva. Para o protagonista, entretanto, a experiência foi inesquecível: “Sei lá. Aquilo nos mexia nos pêlos do braço. Eu trepei de cavalinho nos ombros de meu tio, vi Getúlio. Vi Gegê.” (ANTÔNIO, 1984, p. 47).

Segundo Romero (2004), a distinção de condições financeiras e espaciais, ou seja, entre o espaço urbano privilegiado da sociedade normalizada com a precariedade de vida enfrentada cotidianamente pela sociedade anômica, levou a uma divisão entre duas visões de mundo nos grupos pertencentes à sociedade normalizada. Se um dos grupos viu nesse crescimento explosivo da demografia urbana um perigo sobre o qual deveriam se precaver, fechando-se ainda mais com aqueles que pertenciam a sua realidade, um segundo grupo observou nesse contexto de convivência forçada com subclasses sociais uma oportunidade de exploração ideológica, naturalmente como forma de manter seus privilégios restritos a si próprios. Porém, nessa investida, viram no populismo uma forma muito bem proveitosa para manipular as massas.

A mudança proposta obedecia às linhas daquilo que se realizava com espontaneidade, mediante a lenta integração de grupos ou de indivíduos da massa na sociedade normalizada. Talvez a mudança proposta só consistisse em facilitar e acelerar essa tendência espontânea. Porém, verdadeiramente importante era que a nova ideologia exigia que a mudança fosse realizada dentro das linhas fundamentais de desenvolvimento da estrutura, segundo o seu próprio sistema de objetivos. Para assegurar esse objetivo, a mudança devia ser conduzida a partir da estrutura, pelas mãos daqueles que foram seus notórios e insuspeitáveis defensores. Estes defensores compunham o Estado, concebido como uma entidade abstrata cuja filiação social não se explicitava (ROMERO, 2004, p. 413).



Diante disso, se o populismo pressupunha combater, sob a alegação de busca pela paz, igualdade e valorização da pátria, o marxismo (a tomada do poder pela classe operária) e o liberalismo (uso livre do capital sem a vigilância do Estado), alguns ditadores latino-americanos viram a necessidade de serem mais flexíveis com o liberalismo, não o eliminando por completo, uma vez que dizia respeito à geração de lucros. A esse respeito, Romero reproduz um fragmento do discurso de Vargas, ressaltando o quanto o populismo foi uma estratégia que deu muito certo, como se evidencia na narrativa de João Antônio:

Cauto e realista, o brasileiro Getúlio Vargas aludia à necessidade de moderar o liberalismo sem condená-lo por completo. ‘O individualismo excessivo que caracterizou o século passado’ - dizia, em 1932 - ‘precisava encontrar limites e corretivo na preocupação predominante do interesse social’. Para os grupos que intuíram e elaboraram a ideologia do populismo, a presença da massa urbana constituiu uma experiência inesquecível (ROMERO, 2004, p. 415).

Nesse viés, permanecendo nas reflexões do crítico argentino, houve o surgimento de líderes ditatoriais que detectaram na aproximação com as massas uma forma de integrá-las à estrutura e à sociedade urbanas, procurando aproximação com elas por meio de interesses e preocupações em comum, como a valorização de suas culturas, a cessão de direitos trabalhistas e o amor incondicional à pátria e aos seus líderes. Travestindo-se de um paternalismo que acolhe e se preocupa com os seus filhos, essa estratégia mostrou-se vitoriosa durante muitas décadas ao longo do século XX:

Um paternalismo decidido, sincero, espontâneo e sentimental em alguns, calculado e astuto em outros, foi acolhido como o único caminho eficaz para acelerar o processo de incorporação dos marginalizados à estrutura. A figura de protetores se agigantou aos olhos dos indefesos, e a esperança em Deus e talvez em um ocasional e carismático caudilho que parecia encarnar sua misericórdia seduziu aqueles que, imersos já irremediavelmente no mundo industrial, ignoravam os diabólicos segredos que se ocultavam no revés de sua trama. Eis o populismo consentido (ROMERO, 1984, p. 415-416).

Conforme vem se demonstrando, o sentimento de proteção perpassa toda a primeira parte de “Lambões de Caçarola...”, localizando pontualmente a mobilização coletiva e suas justificativas, posto que do presidente só se adviessem coisas boas e positivas para todos os brasileiros: “Todo o pedaço sabia que não foi ele quem nos deu o *blackout*. Mas Getúlio seria provavelmente o homem que nos livraria. [...] Um homem que



pensava primeiro nos trabalhadores e corrigia excessos.” (ANTÔNIO, 1984, p. 48). Estes excessos, contudo, não são foco de preocupação por parte da população do Beco da Onça, que se sente amparada ao ganhar fichas de racionamento para bens de primeira necessidade, como açúcar e querosene: “Havia carestia. Acreditávamos não houvesse falta. Para a gente, as fichas de racionamento eram um livra-cara.” (ANTÔNIO, 1984, p. 49).

Sob essa égide de proteção incondicional, ressalta-se também a proibição da entrada de menores de 18 anos ao cinema, em virtude do pisoteamento de 30 meninos em uma sala da capital paulistana, sobre o qual o narrador comenta: “Jornais dão que o País perdeu trinta soldados. / Getúlio desce uma lei. Proíbe a entrada para menores de dezoito anos. Firme. / A lei. Ora, a lei. / Mas, essa cumpriram.” (ANTÔNIO, 1984, p. 49-50). Ademais, como vem se demonstrando, a expressão “A lei. Ora a lei.” perpassa vários momentos da narrativa parecendo apontar para as inconsistências percebidas pelo adulto que narra a idolatria ao presidente durante o resgate de suas memórias de infância.

Por outro lado, há que se mencionar igualmente que nessa parte do conto o narrador explicita outro lado das dificuldades enfrentadas pelos moradores do Beco da Onça, agora relacionado à precária infraestrutura do lugar, principalmente em dias de chuva. Algo, infelizmente, não muito distante da realidade do país em pleno século XXI. Diante da intangível e distante guerra ocorrida em outros países, o povo do Beco da Onça enfrenta e convive com um mundo que lhes é destinado na periferia da capital paulistana:

Nosso mundo, pequeno. Nossas ruas, de terra. Quando chove, o Largo da Pompéia se entala e toda beirada do Tamanduateí inunda. Um desastre, atoleiros. Tem gente que fica com a roupa do corpo, prejudicada. Entra ano, sai ano, veste pobre, agüenta fila.

Há uma admiração pelas qualidades modernas dos norte-americanos. Para uma ordem vinda de cima. Exemplo de capacidade, padrão de amizade. Parceiros. Nossos aliados (ANTÔNIO, 1984, p. 51-52).

Podem ser observados nessa citação dois polos eminentemente opostos, segmentados no problema das enchentes e na supervalorização da cultura norte-americana, como símbolo de um padrão que deve ser invejado e, portanto, imitado. Se a menção a esse país estrangeiro na narrativa vincula-se à questão de o Brasil ser aliado dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo também revela a incoerência entre a realidade cotidiana dos brasileiros pobres com a excepcionalidade da cultura norte-americana, que irá imperar como padrão a ser seguido pelo país ao longo do



século XX e persistindo no atual século XXI – assim como em diversas outras nações do mundo.

Na sequência do conto, ressalta-se a importância de se ouvir o programa radiofônico *A Voz do Brasil*, para o qual a população se sentia compelida a não perder, uma vez que era a forma de manter-se informada sobre a guerra e os principais acontecimentos no país. Constatava-se, assim, que somente o canal oficial do governo era a fonte de informação dessa população. Logo, não seria inesperado que a adoração pela figura mítica do presidente conformasse todo o imaginário da população, não só da narrativa, como do Brasil.

O narrador também detalha a deposição de Vargas em seu primeiro mandato (1930-1943), bem como aponta o apoio do Beco da Onça a Eurico Gaspar Dutra: “Dutra seria bom, Gegê dizia. E palavra do velhinho era final. Eduardo Gomes e Ademar, dois gostosões, faziam sucesso na ala feminina. Nenhum era líder. Só Gegê tinha a chave: / – Trabalhadores do Brasil!” (ANTÔNIO, 1984, p. 51). Do mesmo modo, destaca-se a ida dos jovens expedicionários brasileiros para lutar na Itália: “Mães, noivas, parentas, chorosas de fazer dó. Mas o Beco da Onça, Navio Negreiro, e outros buracos [...] e subúrbios perdoavam, cabeça alta ou baixa, o rádio cantando a *Canção do Expedicionário*.” (ANTÔNIO, 1984, p. 52, grifo do autor).

Ainda, logo que Dutra ascende ao poder, a população observa e define que a culpa pela alta dos bens alimentícios era dele, necessário, portanto, que Vargas retornasse ao governo do país. Nesse contexto, o narrador menciona a primeira vez que sua mãe teve direito ao voto – direito este atribuído às mulheres somente por meio da Constituição Federal de 1934, durante o primeiro mandato de Vargas.

Na sequência, antes de terminar a primeira parte do conto, a voz narrativa atenta para as disputas e os escândalos que ocorreram no segundo mandato do referido presidente, visto pelos moradores do beco como sinônimo de democracia: “O velhinho fazia ministros, que derrubava em rasteiras sabidas. Os jornais se serviam.” (ANTÔNIO, 1984, p. 57). E no encerramento dessa primeira parte, acentua-se a consciência de novos tempos, ainda que com costumes semelhantes:

Com alguma liberdade, a alegria fazia nascer uma piada por dia. Os homens de cima não nos escapavam – políticos, ministros, padres, chefes de polícia. Humor até nos salões de barbeiros. E sem tampão para as bocas, repressão ostensiva, notícia de torturas nas prisões, boatava-se à grande.



Entravam na dança e no pau figuraços, poderosos, marmiteiros, zés-manés, mandões, milionários. O botequim, cheio de movimento e rumor, não existia só para o empurrão da cachaça e para se discutir futebol (ANTÔNIO, 1984, p. 58).

“A Lei? Ora, A Lei.”

A modificação principal de perspectiva da voz que conta a história inicia-se com a marcação que o narrador faz sobre a passagem de tempo, sinalizando que agora a voz e as reflexões que irão predominar são as do adulto e não mais as de sua infância:

Corre. Nada para correr como o tempo. A gente muda, estuda ou não. Casa, não casa. Descasa. Vira funcionário público ou andejo. Pega profissões errantes, malbarata. Um sobe-e-desce dos capetas e, muita vez, a vida não faz graça.
Eu andei (ANTÔNIO, 1984, p. 58).

Dessa forma, vislumbra-se uma contraposição explícita à anterior adoração mítica à figura de Vargas, o que se inicia a partir do relato do encontro do narrador com um funcionário público, fiscal de rendas, em um bar no Rio de Janeiro. Após se embriagar, esse funcionário começa a contar sua história. Ele teria sido, durante muito tempo, barbeiro de Getúlio – assim passa a ser nomeado o presidente nesta segunda parte da narrativa, indiciando a informalidade da situação. Segundo este fiscal, em uma manhã, “Gegê” estava de bom humor e pergunta ao seu barbeiro se não precisava de nada, ao que o inquirido diz que não, pois sua vida vai bem. Entretanto, o presidente insiste, por isso o barbeiro assim se manifesta:

– Fiscal da Fazenda.
O ditador pede papel e nomeia, decretando da cadeira de barbeiro, federalmente. A partir daquele momento, fiscal da Fazenda. Com uma obrigação. Fazer a barba presidencial todas as manhãs às sete em ponto (ANTÔNIO, 1984, p. 59).

Um dos primeiros aspectos que chamam a atenção é a mudança da denominação de “Gegê” ou velhinho para ditador, indicando que o narrador agora tem outra concepção em relação ao espírito coletivo de mitificação vivenciado durante a infância. Atenta-se também para a informalidade da situação, pois se trata de um ato administrativo federal sendo realizado na privacidade da cadeira de um barbeiro. Além disso, observa-se a



espécie de “surrealismo” do contexto de a figura pública mais importante do país nomear para fiscal da Fazenda um conhecido seu, sem qualquer formação atinente ao cargo. Essa situação inusitada permite lembrar-se da obra *Os Bruzundangas* (1922), de Lima Barreto, na qual se verifica um país onde as classes dirigentes fazem uma explícita e alarmante utilização da máquina pública para fins estritamente pessoais. Na verdade, exemplos como esses são muitos na literatura brasileira e, infelizmente, continuam atuais na realidade administrativa do país.

Em contiguidade a esse estado absurdo de coisas, há que se destacar que o ato do presidente nomear aleatoriamente qualquer pessoa para ocupar um cargo público, a quem sequer conhecia, coloca em evidência um poder que remonta à concepção da *cidade das letras* de Ángel Rama (2015), no que se relaciona ao poder da escrita na condução da sociedade. E neste caso a relação poder oficial e poder “da palavra”, que assume força de lei, atesta um uso intencional e direcionado ao objetivo de utilizar recursos públicos para fins privados.

Ainda sobre o encontro com o ex-barbeiro de Vargas, se o primeiro caso extrapola qualquer patamar de coerência e seriedade, o narrador acrescenta ainda outra passagem vivenciada pelo fiscal da Fazenda com o presidente Vargas. Numa outra manhã de bom humor, o cliente especial diz ao barbeiro para que pedisse o que quisesse. O funcionário federal explica já estar muito satisfeito, porém, Getúlio insiste, questionando se ele não teria algum amigo que estaria precisando de ajuda. Segundo o narrador, o barbeiro puxa da memória um amigo estúpido, Manoel Floriano, considerado incompetente e mal-humorado no subúrbio onde vivia. Mesmo com essas impressões desfavoráveis, o barbeiro o indica e Getúlio não questiona, atendendo prontamente ao seu pedido: “Da cadeira de barbeiro, Presidente Getúlio nomeia um novo fiscal de Renda, cargo para bacharéis em Direito, economistas, gente que tenha conhecido escolas”. (ANTÔNIO, 1984, p. 60-61).

Na continuidade da narrativa, o narrador retorna brevemente às memórias de infância para focalizar a questão do suicídio de Getúlio Vargas. Ele menciona alguns nomes de pessoas, aliadas e rivais, que estariam envolvidas em demandas relacionadas a diversas pressões que o presidente estava enfrentando, o que seria tragicamente consumado em seu suicídio no dia 24 de agosto de 1954. Ao retornar ao Beco da Onça em suas memórias, o narrador atenta que, no período desse acontecimento histórico, o beco não mais existia, passando o bairro a ostentar outra paisagem urbana: “Mas aí, o povo do



Beco na Onça, do Navio Negreiro, está sumido, jogado. A prefeitura aterrou o córrego Aimberé. Uma construtora demoliu mais da metade dos casarões velhos e encardidos. Prédio de apartamentos de bacanas ia [sic] surgir ali.” (ANTÔNIO, 1984, p. 63). Deste modo, evidencia-se que o bairro estava deixando de ser periferia, portanto, não poderia mais agregar como moradores pessoas pobres. Essa mudança faz lembrar novamente da reforma urbanística do Rio de Janeiro do início do século XX, quando os habitantes pobres dos cortiços do centro da cidade foram obrigados a se refugiarem em morros ou em distantes subúrbios. Afinal, benesses de infraestrutura têm sempre endereço certo, que não incluem os marginalizados socialmente, embora provenha deles o pagamento de impostos que redundam no conforto de uma minoria.

Retornando à questão do impacto causado pela morte de Vargas na população do Beco da Onça, após realizar a observação sobre a mudança das características do bairro, o narrador explicita o quanto doeu esse acontecimento histórico nas camadas desprivilegiadas economicamente. Porém, não lhe escapa, em concomitância, a visão crítica do adulto sobre essa última ação de Vargas.

Para o povo miúdo, mais que pesar, uma dor. Mágoa. A morte teve um gosto errado, uma descaída do respeito. Desnorteante, cínico, quase imoral e mais que tragédia. [...]

Uma porrada. Ninguém acredita em suicídio. Nem na carta que ele deixou. Para o povo, conversa dissimulada, manipulada, um engodo. Mais um. Leu-se a carta, ouviu-se a ladainha pelo rádio e se chorou. Uma despedida doeu. [...]

Tudo bem. E nada presta.

Entrava por um ouvido e saía pelo outro. Desdém. Parecia o mesmo do velhinho diante da lei escrita e promulgada. A carta tencionava uma força de lei.

- A lei? Ora, a lei.

Que fez ministros, até para se ver livre deles (ANTÔNIO, 1984, p. 62-63).

Torna-se evidente o sentimento de perda da referência protetora e paternal do “pai dos trabalhadores”, posto que seu simbolismo de pertencimento à realidade do povo brasileiro mais humilde, agora ausente para sempre, significou a sensação de estar à deriva, desesperançado. É interessante notar igualmente o ponto de vista questionador da voz narrativa que aponta para a dúvida, que permite depreender se não seria mais uma ação, agora à posteridade, de uma personalidade mobilizada prioritariamente por interesses pessoais ou de seu grupo. Um estadista experiente e estratégico, como se enuncia na sequência da narrativa:



[Getúlio] Deu com uma mão, tirou com as duas. Sorrindo muito e gauchamente: um carioca, no fundo. Mordia e soprava. Molhava a ponta do indicador na boca, entendia. Sabia para onde ia o vento. Manipulou os trabalhadores e namorou o fascismo nos quinze anos de ditador. As cadeias cheias. E os aviões davam sumiço em pessoas, descarregavam prisioneiros em alto-mar, lá fora.⁴ Um manobrista não passando disso - vamos deixar como está para ver como é que fica (ANTÔNIO, 1984, p. 63).

Dessa maneira, atesta-se um descortinar dos desvãos e das ilegalidades por trás daquilo tudo que o narrador, quando criança, vivenciou junto à população do Beco da Onça, atestando um interesse claro e objetivo de manipulação das massas, escondendo as torturas e as mortes dos que lhes eram contrários. Além disso, evidencia-se a perspectiva do narrador adulto na compreensão de que muito da idolatria a esse presidente advinha, na verdade, de uma concepção fascista, nada correlacionado ao que ele e seus iguais pensaram durante muito tempo no espaço humilde onde viviam. Basta lembrar que a livre e solidária convivência entre diversas pessoas, de origem, etnias e países diferentes, caracterizava sobremaneira o grupo humano residente no Beco da Onça, ou seja, algo diametralmente oposto às concepções nazistas.

Para Romero (2004), Getúlio Vargas tinha consciência sobre ser necessário manter vigilância sobre o proletariado, posto que num contexto mundial no qual estava em ascensão o liberalismo como prática econômica em prol do sistema capitalista, ávido pelo lucro, a geração de divisas era fundamental, entretanto, isso não ocorreria, segundo o ponto de vista do presidente, se ocorressem dissensões e movimentos contrários ao regime político em vigência. O crítico argentino cita um dos discursos de Vargas, no qual fica claro o seu propósito de debelar qualquer possibilidade de lidar democraticamente com os seus opositores:

Não há nessa atitude nenhum indício de hostilidade ao capital, que, pelo contrário, precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder público. Mas a melhor maneira de garanti-lo consiste, justamente, em transformar o proletariado em uma força orgânica de cooperação com o Estado e não deixar que, pelo abandono da lei, se entregue à ação discordante de elementos perturbadores, privados de sentimentos de pátria e de família (VARGAS, 1945, apud ROMERO, 2004, p. 417).

⁴ As referências a cadeias e aviões não são gratuitas, haja vista que foram ações muito frequentes durante a ditadura militar brasileira desde o final dos anos 1960, e mais ainda durante a década de 1970. Entre outros aspectos, pode ser percebida uma remissão à operação *Parasar* - uma tentativa do governo ditatorial de usar a FAB para eliminar opositores - lembrando-se que a primeira edição de “Lambões de Caçarola (Trabalhadores do Brasil)” é de 1977. Não apenas essas como muitas outras estratégias para eliminar inimigos do regime ditatorial demonstram o terrorismo de Estado vivenciado nesse período.



Retornando à parte final de “Lambões de Caçarola...”, nela o narrador complementa suas reflexões afirmando que, se o povo do Beco da Onça tivesse tido condições de ir ao Rio Grande, teria observado que no Sul se desenvolve muito cedo a marcação do tempo: “[...] o entrar e o sair, a hora certa de falar. O cabimento, direitinho. [...] A gurizada aprende cedo que há pouco tempo para falar. Muito tempo para ouvir e tempo certo, medido, para cada coisa.” (ANTÔNIO, 1984, p. 65). Assim sendo, nada foi gratuito na trajetória política de Getúlio Vargas, mas os moradores do beco jamais poderiam imaginar que estavam sendo, na verdade, manipulados, a gosto dos interesses getulistas.

No último parágrafo do conto, o narrador refere-se ao seu pai, o único personagem do conto indiferente à idolatria ao presidente. Sabiamente, o pai – talvez o verdadeiro, no sentido legítimo da palavra, e não o da metáfora duvidosa do “pai dos trabalhadores” – demonstra a consciência que mantinha na época do Beco da Onça, e que manteve ao longo do tempo:

Uns quarenta anos. Nas rodas, esquinas e botequins, nas fábricas, na andança, na rua, meu pai ouviu discussões sobre Getúlio. Aturou sempre, quieto. Se lhe pediam opinião, cortava ali:
- Gostos e bofetadas são diferentes.
Até hoje (ANTÔNIO, 1984, p. 65).

Entre História e Literatura

O percurso aqui realizado, embora não analisando *pari passu* todos os elementos presentes em “Lambões de Caçarola (Trabalhadores do Brasil!)”, permitiu verificar como o entrecruzamento memória, história e literatura pode oferecer um panorama geral partindo de uma realidade específica, no caso, o Beco da Onça. Ao tratar dessa especificidade, João Antônio descortina uma ampla contextualização crítica e abrangente do que viveu e em quem acreditou a maioria da população brasileira durante a Segunda Guerra Mundial até os anos de 1960, no que tange ao comando maior da nação. Posteriormente, como se sabe, adviriam tempos tão duros ou ainda mais difíceis com a restrição da liberdade civil.

Dessa maneira, o cotidiano humilde, os costumes simples e o cenário de pobreza sinalizam para uma consolidação vertical do propósito do escritor em rever a história a partir da focalização a “protagonistas anônimos”, empregando aqui o termo a partir de Ronaldo Vainfas (2002). Por meio da focalização de um grupo, a respeito de determinado



fato, pode-se alcançar um entendimento maior de um país, muitas vezes, contrariando as informações da história oficial. Esta que, geralmente, veicula apenas o ponto de vista do poder dominante, ignorando as vivências das classes marginalizadas diante e durante alguns acontecimentos emblemáticos historicamente.

Nesse sentido, a elaboração e a composição de “Lambões de Caçarola (Trabalhadores do Brasil!)”, com a especificidade de centrarem-se em realidades diferentes num mesmo período histórico, demonstram que às fontes oficiais devem ser adicionadas a visão daqueles que estiveram na periferia, sobressaindo-se assim uma memória coletiva. Este movimento permite, como se viu, resgatar as diferentes vozes de um tempo de complexa interpretação, sempre a depender do lugar de onde provém o olhar que o observa e o analisa. Essa imersão em uma memória coletiva permite, entre outros fatores, estabelecer uma interlocução não apenas com o futuro, mas com o presente imediato. Assim sendo, será que alguns aspectos presentes na narrativa de João Antônio poderiam ainda hoje, século XXI, estar presentes no Brasil da atualidade? É algo a se considerar em abordagem futura.

De qualquer modo, é possível observar que o populismo, ainda hoje, persiste como elemento semipresente na conduta de líderes de muitas nações que veem nas massas um meio de exploração para proveito próprio. Para tanto, eles não descuidam, ao mesmo tempo, de cobrar altos impostos da população marginalizada, para a garantia de seus privilégios, e, mais ainda, de mantê-las opressivamente restritas ao essencial para a sobrevivência – sem qualquer margem de efetiva ascensão social. Para tanto, já dizia Romero, os ditadores latino-americanos, declarados ou não, até meados dos anos de 1980, tiveram plena consciência da maneira como deveriam agir: ouvir as reivindicações das massas, aparentemente se solidarizar com elas, manifestar apreço e identificação, sem de fato estrategicamente contribuir para solucioná-las.

Sem dúvida, [todo indivíduo pertencente à massa] amava e admirava a estrutura [a sociedade normalizada], e mais ainda se ouvisse que a partir dela era chamado para participar de modo mais intenso em suas responsabilidades e em seus benefícios, se dela escutasse a defesa de suas próprias idéias e crenças antes subestimadas, se descobrisse que não era desprezível por ser mestiço ou apenas, por ser pobre. Esse amor e essa admiração manifestaram-se na exaltação de uma pátria que antes considerou injusta porque o repelia e agora considerava justa porque o tinha de forma explícita entre seus filhos. Como não amar e admirar uma estrutura cujos inflamados defensores declaravam que eles, antes condenados como incapazes de serem incorporados ao processo de



modernização, eram na realidade seus verdadeiros sustentadores e os imprescindíveis artífices de sua grandeza? (ROMERO, 2004, p. 419).

Por meio do percurso aqui realizado, pôde-se observar elementos dessa pretensa “integração” do cidadão pobre e periférico no contexto urbano, que se viu reconhecido na eminência de um ditador ciente das estratégias de linguagem e de política para comandar, inconscientemente, a população brasileira conforme os seus interesses e do seu grupo. A narrativa de João Antônio demonstra, se se colocar em ênfase as diferentes perspectivas da voz narrativa, durante a infância e depois de adulto, justamente o reconhecimento dessa manipulação não vista e sequer imaginada durante os primeiros anos de vida do narrador, mas problemática no condizente ao uso da força da opressão e do poder público para a finalidade de manter os papéis sociais permanentemente delimitados entre quem comanda e quem é comandado. Verifica-se, assim, uma correlação profícua entre literatura, memória e história que se assoma de forma relevante para a compreensão “do outro lado dos fatos” ao conceder voz e lugar a “protagonistas anônimos da história”.

Referências

- ANTÔNIO, João. *Lambões de Caçarola (Trabalhadores do Brasil!)*. In: ANTÔNIO, João. **Meninão do Caixote**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- PORCHMANN, Marcio. *Terceirização, competitividade e uberização do trabalho no Brasil*. In: TEIXEIRA, Marilane; RODRIGUES, Helio; COELHO, Elaine. (Org.). **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade**. São Paulo: Sindicato dos Químicos, 2016.
- ROMERO, José Luis. **América Latina: as cidades e as ideias**. Tradução de Bella Josef. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.
- VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

